



André Dusek

Cabral pede, por escrito, que Mesa mande investigar lobby dos empresários

## Centrão tem 41 pontos para mudar

BRASÍLIA — O Centrão apresentará emendas para suprimir 41 pontos aprovados no primeiro turno da Constituinte. Na área econômica, o grupo suprapartidário quer rever o conceito de empresa nacional, o fim dos contratos de risco para a exploração de petróleo e a prioridade de concessões de pesquisa e lavra mineral para as cooperativas. No setor trabalhista, quer suprimir a jornada corrida de seis horas, o adicional de um terço do salário nas férias e o aviso proporcional ao tempo de serviço.

As emendas do Centrão foram divulgadas ontem e são parecidas com as do PFL, com um texto enxuto e organizado. O PT também já tem prontas suas emendas e o PMDB vai elaborar as suas no final da semana, em reuniões do líder Nelson Jobim com os parlamentares que permanecerem em Brasília. Ulysses Guimarães deve participar de pelo menos uma das reuniões.

Outras emendas supressivas que o Centrão apresentará são contra a licença-paternidade, a exclusividade de empresas estatais na distribuição de gás canalizado, o direito da União de instituir empréstimos compulsórios, o adicional de Imposto de Renda para os Estados, a limitação das taxas de juros em 12% e a liberalização aprovada na questão das greves trabalhistas.

## Advogados criticam o prazo da dívida pública

A Associação dos Advogados de São Paulo divulgou ontem uma carta aberta à Nação com duras críticas ao artigo 37 das Disposições Transitórias, aprovado em primeiro turno pela Constituinte, que autoriza o poder público a pagar seus débitos em oito anos. O dispositivo, segundo o presidente da entidade, Biasi Antônio Ruggiero, é desonesto e vergonhoso. "É estarecedora a falta de decência dos constituintes", disse o advogado.

A medida é um "tipo inusitado de concordata estabelecida em favor de poderes públicos presumidamente inadimplentes", diz o documento da Associação dos Advogados. "Nele, se concede retardamento ainda mais insólito que injustificável na satisfação dos seus compromissos, exigidos por decisões judiciais definitivas, a exclusivo dano de cidadãos e entidades", prossegue.

Na carta, os advogados paulistas pedem aos constituintes que apresentem emenda supressiva do artigo aprovado para impedir o que eles classificam de "violência". Para Biasi Ruggiero, o dispositivo foi aprovado "na calada da noite, sem a presença de jornalistas e graças ao lobby de alguns governadores".

O artigo 37 diz: "Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais

pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição, inclusive o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo poder executivo até 180 dias da promulgação da Constituição".

Para José Mário Pimentel de Assis Moura, presidente da Associação Brasileira de Advogados dos Credores da Administração Pública, que ontem promoveu uma assembleia-geral em São Paulo, o que ocorreu durante a votação do artigo foi "imoral". "Esse texto só poderia ser levado à votação desde que aceito por todos os líderes. Na madrugada do dia 30 houve uma reunião das lideranças e o PTB não aprovou o texto, tanto que o deputado Farabulini Júnior não o assinou", explicou.

Assis Moura informou que o deputado José Maria Eymael já apresentou emenda supressiva ao artigo 37 das Disposições Transitórias. E lembrou que cerca de 150 mil famílias foram atingidas por desapropriações feitas pelo município e 200 mil pelo Estado. Além disso, 500 mil funcionários públicos estão aguardando o recebimento de indenizações. Todos serão prejudicados com a permanência do artigo na futura Constituição.

# Mesa da Constituinte vai discutir "lobby"

Na próxima semana, já sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães, a Mesa da Constituinte deverá reunir-se para discutir a denúncia de que empresários estariam reunindo um fundo de US\$ 2 milhões para influir nas votações do segundo turno do projeto de Constituição. A informação foi dada ontem em Brasília, pelo presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), depois que parlamentares de vários partidos condenaram a anunciada iniciativa empresarial. "O assunto é da maior gravidade, por isso não se pode ficar indiferente", disse ontem o relator da futura Carta, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que solicitou a apuração da veracidade da notícia.

Em São Paulo, Ulysses Gui-

marães, no exercício interino da Presidência da República, condenou qualquer trabalho de convencimento de parlamentares que não utilize apenas "os argumentos da razão e da verdade". "Tenho ouvido uma notícia, não sei se é verdadeira, de gastos de milhões de dólares. Evidentemente não é argumento que se possa resolver na Constituinte", declarou o deputado. E acrescentou: "Se fosse assim, não teríamos feito as medidas progressistas que lá estão. Todos os que atuam no País podem ir à Constituinte procurar deputados e senadores, usando unicamente os argumentos da razão, e não outros que são inaceitáveis e que nós rejeitamos".

O fundo que estaria sendo levantado pelos empresários foi o

principal assunto da fraca sessão de ontem da Constituinte, a primeira das cinco destinadas à discussão e apresentação de emendas para o segundo turno, previsto para começar no próximo dia 21. Foi anunciada a presença de 134 parlamentares, às 14h30, mas pelo plenário, até as 18h30, não passaram mais que 50.

Os deputados José Genoíno (PT-SP), Mário Lima (PMDB-BA), Adilson Motta (PDS-RS) e Fernando Santana (PCB-BA) foram alguns dos parlamentares que condenaram o anunciado lobby empresarial. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) conclamou a Constituinte a manter "os avanços conseguidos principalmente na área dos direitos individuais e sociais".

## Segundo turno mudará pouco

BRASÍLIA — O segundo turno de votações da Constituinte trará poucas surpresas, alterando apenas 5% do texto, e mesmo assim em questões que não são polêmicas. Essa é a avaliação de três parlamentares que têm trabalhado intensamente na futura Constituição, o relator do projeto, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), e o presidente do PSDB, senador Mário Covas (SP). Para eles, a falta de quórum, impedimentos técnicos e a radicalização nos pontos mais importantes acabaram fazendo prevalecer o texto aprovado no primeiro turno.

Covas, que liderou o PMDB durante toda a rodada inicial de votações, acha inclusive que o segundo turno poderá ser encerrado em apenas três ou quatro semanas. Sua única ressalva é a possibilidade de votações em bloco, que poderiam levar a Brasília parlamentares "que só comparecem ao plenário para dar quórum e votar de acordo com a vontade de grupos de pressão, como o empresarial ou o governo".

Quem lidera as articulações para efetuar mudanças mais profundas no texto já aprovado é o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA). O seu partido e o Centrão têm propostas muito semelhantes para mexer principalmente, nas questões econômicas e trabalhistas. Do lado oposto estão as esquerdas — PT, PDT, PCB e PC do B — que se reuniram ontem, mais interessados em manter conquistas do que em promover alterações.

No primeiro dia de recebimento de emendas, para o segundo turno, ontem, foram entregues apenas 142 propostas, mas mesmo assim formou-se uma fila na secretaria da Constituinte. Cada parlamentar tem direito a apresentar quatro emendas, mas somente 14 constituintes encerraram sua cota. De hoje a domingo as propostas poderão ser entregues até às 18 horas; no último dia, segunda-feira, quando deverá haver maior movimento, esse horário será estendido até a meia-noite.



André Dusek

A entrega das emendas supressivas: apenas 142 propostas

## Governo quer tirar jornada de seis horas Para Ulysses, a Constituição será um santo auxílio

BRASÍLIA — O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que não sabe o número de emendas preparadas pelo governo para o segundo turno da Constituinte. "Nem eu, que sou o chefe do Gabinete Civil, tenho este número", garantiu. Costa Couto adiantou apenas que o governo pretende suprimir itens como o turno de seis horas de trabalho, o limite de 12% para as taxas de juros bancários e a prisão em flagrante condicionada à ordem judicial. O ministro não deu maiores detalhes sobre os demais "erros e omissões" presentes no texto.

A Constituição que agora vai para o segundo turno de votação é "uma Constituição auxiliadora", segundo o presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães. Ontem, no Palácio dos Bandeirantes, ao reunir-se com os governadores Orestes Quércia, de São Paulo, e Alvaro Dias, do Paraná, o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB explicou: "Os católicos me entenderão quando me refiro desta forma à Constituição, porque Nossa Senhora Auxiliadora ajuda muito os que precisam neste país". (Nossa Senhora Auxiliadora é conhecida como "o auxílio dos cristãos".)